

GÊNERO NA PRODUÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE O SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF)

Daniele Faria Correia de Melo[1]

Felipe Eduardo Melo dos Santos[2]

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo compreender como a Produção Científica de Teses e Dissertação foi estruturada investigando o Serviço de Proteção Integral à Família (PAIF) e suas relações com temáticas de Gênero. Para dar conta desse objetivo, realizamos um levantamento na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com os termos de busca "PAIF", "Gênero" e "Mulheres". A Política Nacional da Assistência Social visa garantir a função protetiva da família, prevenindo situações de risco, a partir da organização de um serviço de acompanhamento familiar, o PAIF, o qual prevê o desenvolvimento de um trabalho voltado para a matricialidade familiar. No entanto, ao direcionar os serviços para a centralidade na família, as responsabilidades acabam recaindo principalmente sobre as mulheres, o que reflete a persistente divisão desigual de tarefas no âmbito doméstico e de cuidado. Essa situação evidencia a necessidade de uma análise crítica da Política, que, muitas vezes, ignora as desigualdades de gênero, sobrecarregando as mulheres com a maior parte do trabalho emocional e de cuidado, sem considerar a distribuição equitativa de responsabilidades familiares entre os gêneros. A partir dessa consulta, foram encontrados 7 Teses e Dissertação, desses produtos científicos, 6 são Dissertações e 1 Tese. A temporalidade se deu entre os anos de 2011-2023. Por sua vez, a distribuição em Programas de Pós-Graduação se organizou em sua maioria na região sudeste. Assim, a produção que envolve o PAIF e as temáticas de Gênero devem ser aprofundadas pois são fundamentais para enfrentarmos desigualdades estruturais, e para incorporarmos perspectivas de gênero na implantação das políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Produção científica; PAIF; PNAS; Gênero;

CORPO DO TEXTO

O interesse em pesquisar sobre as relações de gênero no contexto da Política Pública de Assistência Social surgiu a partir da vivência dos autores, que desenvolveram trabalho no âmbito do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, com os grupos de PAIF. Durante esse período, foi possível observar que os grupos eram, em sua totalidade, compostos por mulheres. Essa constatação nos levou a refletir sobre a

[1] Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, pós graduada em Gerontologia e Gestão em Saúde pela mesma instituição. E-mail: daniele.fcmello@gmail.com
[2] Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, Mestrando em Gestão do Território pela mesma instituição. E-mail: geo.femds@gmail.com.

centralidade feminina nas políticas de assistência social, onde, muitas vezes, as responsabilidades de cuidado e a busca por estratégias de enfrentamento às condições de vulnerabilidade, recaem quase exclusivamente sobre as mulheres, refletindo a persistente desigualdade de gênero na sociedade.

A Política Pública de Assistência Social, tem como prerrogativas a proteção social dos indivíduos e a prevenção da ruptura de vínculos, por meio da oferta de serviços, programas e projetos, os quais, devem garantir o acesso a informações e a direitos que promovam a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos.

Tais serviços, programas e projetos são operacionalizados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o qual se organiza em níveis de proteção, a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial. A Proteção Social Básica é responsável por atender famílias e grupos de indivíduos em situação de vulnerabilidade, visando prevenir a ruptura de vínculos e de riscos sociais nos territórios, e é operacionalizada pelos CRAS (Centros de Referência de Assistência Social). Já a Proteção Social Especial, se divide em média (operacionalizada pelo CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social e Centro POP) e alta complexidade (Serviços de Acolhimento Institucional, Residência Inclusiva, Abrigo Institucional, entre outros...), ou seja, quando há alguma violação de direitos os quais colocam os sujeitos em situação de risco social.

Conforme a Política Nacional de Assistência Social, compreende-se por proteção social,

> [...] conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelos SUAS, para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais da vida, à dignidade humana e a à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional. (Brasil, 2005, p.90).

Compreendendo a família como núcleo básico de desenvolvimento humano, a qual deve garantir aos seus membros, capacidades mínimas como afeto, cuidados, convivência, socialização e proteção, e considerando que nem todas as famílias conseguem desenvolver suas capacidades e promover aos seus membros tais garantias, faz-se necessário normatizar ações que assegurem os direitos das famílias, a partir do desenvolvimento de trabalhos com famílias em situação de vulnerabilidade visando à prevenção da ruptura de vínculos familiares.



A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, publicada em 2009, estabelece que cabe à Proteção Social Básica desenvolver os seguintes serviços:

1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família;
2. Serviço de Convivência E Fortalecimento de Vínculos;
3. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas;

O PAIF, tem como objetivo trabalhar com as famílias que encontram-se em situação de vulnerabilidade, sejam elas sociais e/ou de renda. Por vezes compreendemos que a interseccionalidade das questões sociais dificulta aos sujeitos o processo de superação das desigualdades sociais, principalmente atreladas ao gênero, visto que tais desigualdades afetam a vida das mulheres de forma multidimensional.

Neste sentido a PNAS, preconiza a centralidade na família, mas, identificamos que são as mulheres, que se declaram responsáveis familiares, como podemos observar, pelo número de beneficiárias do Programa Bolsa Família. Segundo informações do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em março de 2024, das 20,89 milhões de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, 17,4 milhões (83,4%) são chefiadas por mulheres.

O princípio da matricialidade sociofamiliar preconizado nas normativas, indica que a família seja considerada o foco de toda intervenção, a qual deve ser apoiada para ter condições de acesso aos seus direitos, a partir da superação das vulnerabilidade e alcance do seu protagonismo social.

No entanto, ao colocar as mulheres como sujeitos centrais das Políticas Públicas, faz com que o Estado reforce uma estrutura de divisão de papéis, onde cabe à mulher cuidar do espaço doméstico, e promover a superação das mazelas familiares, reproduzindo assim, questões de gênero.

Há então, que se superar tais construções históricas e focar em ações que promovam o protagonismo das mulheres nos diferentes âmbitos da vida em sociedade, sem deixar de compreender, conforme Scott (2017), que há a necessidade de se analisar gênero como uma categoria de análise histórica, a qual não se desenvolve de modo isolado, mas sim está diretamente interligada as categorias raça, classe, sem as quais não se pode compreender as estruturas de poder presentes na sociedade.

Fica evidente, o papel central que o Gênero ocupa nas discussões envoltas da Política Nacional de Assistência Social, tendo um destaque para o PAIF, uma vez que

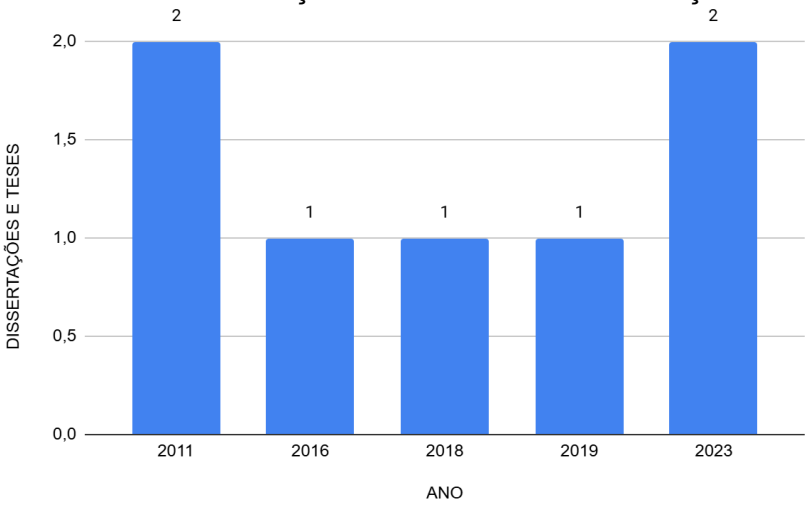
estando na Proteção Social Básica, visa a não quebra de vínculos. A partir disso, utilizamos a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) para compreender como a produção de Teses e Dissertações abordou Gênero a partir do PAIF.

De acordo com Silva (2009), a produção científica se estruturou a partir de um viés moderno e europeu, sendo assim moldada em busca de objetividade, neutralidade e universalidade. Para dar conta desse tripé, foi necessário um sujeito hegemônico, que era utilizado cientificamente para construção do conhecimento. Esse sujeito, é branco, cis, heterossexual, homem e cristão, assim, todas as vivências que fugissem desse padrão foram silenciadas, fazendo com que o conhecimento científico criasse ausências em seus discursos.

Se por um lado temos as evidências dessas ausências e silenciamentos na produção científica, Correa (2024), destaca a importância da produção científica na construção do campo científico do Serviço Social. Para esse autor, os Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil datam de 1972.

Para acessar a BDTD, foi utilizada uma busca avançada com termos de consulta “PAIF”, “Mulheres” e “Gênero”, na opção todos os campos e todo período. Foram encontradas 6 dissertações e 1 tese. Pelo presente trabalho ser realizado no corrente ano de 2025, eliminamos uma dissertação defendida ainda esse ano, uma vez que até o final do ano podem aparecer novos produtos científicos. A partir do Gráfico 1, podemos ver a maneira com que se distribui anualmente a produção.

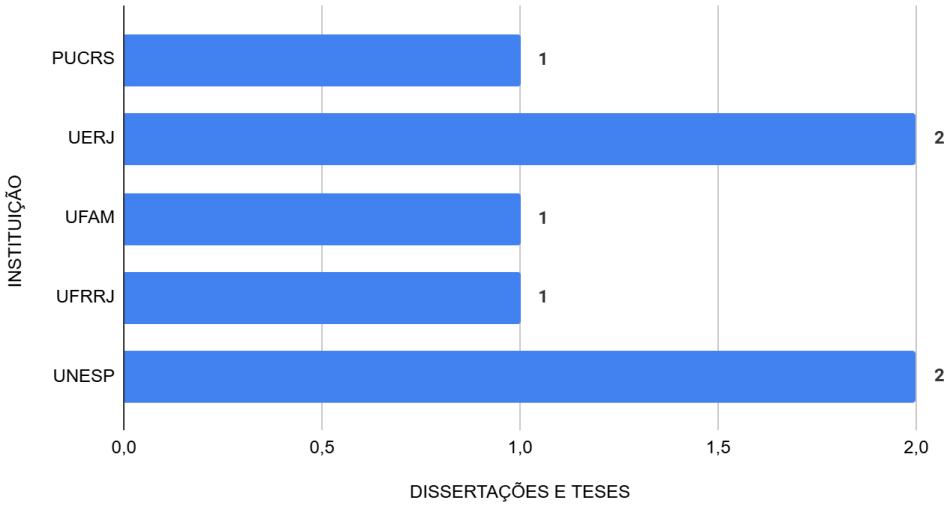
Gráfico 1- Distribuição anual de Teses e Dissertações.



Organização: Autores (2025)
Fonte: BDTD

Fica evidente, a partir do Gráfico 1, que é a partir de 2011 que a produção de Teses e Dissertações que envolvem os termos de consulta aqui em tela começaram a ser pesquisados. Segundo Bourdieu (2002) e Silva (2009), o campo científico é envolto em relações de poder, que podem orientar temas de pesquisa, fazendo com que determinados temas sejam mais pesquisados que outros. Os anos que mais tiveram defesas foram 2011 e 2023. Pinto (2022), destaca que nos últimos 20 anos, com os incentivos às Instituições de Ensino SUperior dos Governos Lula I, Lula II, Dilma I e Dilma II, houve o aumento de Programas de Pós-Graduação, fazendo com que tivéssemos uma abertura epistêmica. O Gráfico 2 demonstra as instituições de defesa.

Gráfico 2: Instituições de Defesa.



Organização: Autores (2025)
Fonte: BDTD

Muito embora tenhamos vivido processos de criação e interiorização de Programas de Pós-Graduação, a região Sudeste é a que concentra o maior número das produções aqui discutidas. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro detém 5 publicações. 1 produção ficou com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e 1 com a Universidade Federal da Amazônia. Na tabela 1, vemos a divisão de gênero nas autorias.



A partir desse trabalho, evidenciamos a maneira com que a produção científica de Teses e Dissertações se estruturou nas investigações sobre o PAIF e as relações estabelecidas com as temáticas de Gênero. Correa (2024), aponta para a importância da existência de Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, indicando que a partir desses Programas podemos formular novos conhecimentos e uma abordagem específica da realidade. Foi a partir da coleta no BDTD que encontramos 6 Dissertações e 1 Tese, indicando a carência de publicações que pensem o PAIF e suas relações com o Gênero, isso demonstra o quanto ainda temos que avançar nessa discussão, dada a quantidade de famílias chefiadas por pessoas do gênero feminino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social: Norma operacional básica – NOB/SUAS**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005.

Brasil. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Resolução nº 109, de 11 de novembro, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Mulheres são protagonistas do Bolsa Família, com 83,4% dos benefícios em seus nomes**. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mulheres-sao-protagonistas-do-bolsa-familia-com-83-4-dos-beneficios-em-seus-nomes. Acesso em: 12 mar. 2025.

CORREA, André Henrique Mello. **Serviço social e produção do conhecimento: qual o lugar do debate das relações étnico-raciais?** *Serviço Social & Realidade*, Franca, v. 33, 2024.

SILVA, J. M. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica. *In:* SILVA, Joseli Maria(Org.). **Geografias Subversivas: Discursos sobre espaço, gênero e sexualidades.** Ponta Grossa: Todapalavra, 2009

Scott, J. (2017). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, 20(2). Recuperado de https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721.